

## **A IMPESSOALIDADE DO ESTADO E A RURALIDADE: PARTICULARIDADES BRASILEIRAS.**

CAMPOS, Rogério Pereira <sup>1</sup>  
PERA, Géssica Trevizan <sup>2</sup>

A sociedade brasileira traz um histórico confuso de construção de seus sistemas de governo e administração, refletindo diretamente a desordem social presente em todas as esferas. No caso da democracia, mostra-se problemática ao não vincular o interesse político e o interesse social, não comprometimento com a evolução do conjunto e gerando uma progresso desigual dessas assertivas.

As questões sociais e trabalhistas são colocadas na periferia dos planos governamentais, sem perspectivas de melhorias frente à evolução econômica da nação como um todo. Dahl criou o termo “sistema dual” de nação, onde participação sistêmica e coerção compõem a estrutura da desigualdade e dessa forma o grupo dominante se valeria do excluído na forma de clientelismo.

Existe uma necessidade de remodelar os métodos e obrigações trabalhistas, evidenciar os potenciais dos indivíduos e não os moldes sociais que os limitam. Faz-se necessário ampliar as possibilidades de melhorias pessoais, independente de idade e sexo, gerando assim evolução profissional, social, pessoal e cultural e nesse caso a realidade presente mostra-se mais aberta a essas melhorias que devem ser exploradas ao máximo.

No âmbito rural, esse personalismo é ainda mais intenso, representado pelos grandes produtores rurais e seu alinhamento ao centro do poder, tanto no legislativo como no executivo. A desproporção do trabalho rural cria injustiças sociais e falta de oportunidades para a ascensão de uma classe trabalhadora de suma importância para a sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** Estado; Democracia; ruralismo; identidade.

As teorias para explicar o modo de relacionamento do povo brasileiro já fora explorado por diversos autores como Sérgio Buarque de Holanda, Antônio Cândido,

---

<sup>1</sup> Doutorando em Sociologia na Unesp campus Araraquara. Email: rogerio\_fclar@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Doutoranda em Sociologia na Unesp campus Araraquara. Email: getpera@yahoo.com.br

Roberto Schwarz e tantos outros, cada qual com seu tipo de abordagem. Mas a essência contaminante das relações pautadas pelo favor e pela personalidade está explicitada no texto de Roberto da Mata denominado *Sabe com quem está falando?*.

O culto dessa relação pessoal tem raízes antigas, fundadas juntamente com a colonização brasileira, onde havia uma confusão entre autoridade e senhores de terras, o patrimonialismo persistente na sociedade brasileira. A influência econômica exercida pelos grandes proprietários acabava por lhe conceder poder decisório na região a qual habitava e sobre as autoridades legais instituídas. Nesse cenário, a polícia colonial era comandada regionalmente pelos chefes de polícia e normalmente estes tinham um vínculo direto com o coronel da região.

Nessa relação próxima e promíscua, o chefe de polícia servia realmente como um funcionário em defesa dos interesses pessoais do coronel, atuando livremente quando em serviços mundanos da província, mas atuando de forma parcial em assuntos que envolvessem o interesse do senhor da região. Essa forma de convívio era entendida e aceita também pela população que preferia não interferir nos negócios dos grandes proprietários e muitas vezes também dependiam dos favores deste em benefício próprio.

Essa cultura servil aos moldes feudais fora passado ao longo dos anos, já que o período de capitânicas durou praticamente 300 anos e o período republicano ao qual podemos chamar de Estado moderno brasileiro tem pouco mais de uma centena de anos. Essa forma de convívio por relações pessoais, ou como define Holanda, esse *homem cordial*, tornou-se hábil ao lidar com essa questão, manipulador de interesses em proveito próprio e nesse cenário surge a figura do malandro como herói brasileiro.

O malandro do morro, aquele que vive sem trabalhar, está envolvido com personalidades importantes, bem aos moldes da figura singela da *Ópera do malandro* de Chico Buarque, uma pessoa que transita entre o mundo da legalidade e ilegalidade sendo mediado por esses favorecimentos pessoais de influência política. Nesse cenário da sociedade brasileira, a figura do malandro representa a ambição das pessoas de conquistar seus desígnios pessoais sem nem mesmo ter que trabalhar.

Por outro lado, o âmbito rural torna-se esquecido com a urbanização do país, descolado da realidade de forma proposital e reduto dessas velhas políticas de favorecimento e de personalismo. A submissão incondicional ao grande proprietário deixa como alternativa ao trabalhador do campo somente a migração forçada as grandes cidades e uma degeneração nas relações de trabalho ainda maior. Trata-se de um processo semelhante ao ocorrido na Inglaterra com os cercamentos e a primeira

revolução industrial, porém sem as grandes reestruturações sociais ocorridas na Europa. Esse grande aporte vindo do campo, juntamente com a chegada da grande massa de trabalhadores europeus, criam o cenário perfeito para a espoliação do capital e grande aumento da mais-valia.

A progressão dos conceitos políticos, ainda recentes desde a proclamação da República no Brasil, não consegue acompanhar as mudanças presentes na sociedade em um intervalo de quatro décadas, mesclando dessa forma aspectos tradicionais de uma política permeada pelos interesses da aristocracia nacional e a busca de incorporação dos trabalhadores urbanos que agora representam metade da população brasileira (levando-se em conta o período da década de 1930). Falta de planejamento e de perspectivas da política que irão gerar conflitos internos, especialmente após a crise de 1929.

Faoro também irá explorar esse conceito falho sobre a formação da mentalidade política brasileira, em sua obra *Existe um pensamento político brasileiro?*, onde busca fazer uma análise da origem formadora do pensamento político. Em um primeiro momento, o autor coloca uma explicação relevante sobre pensamento político, ciência política e filosofia política, buscando demonstrar a diferença entre pensamento político e prática política, a necessidade de estudos e teorias que precisam ser comprovadas e modificadas ao longo de uma adaptação cultural e sistemática da sociedade. Faoro baseia sua idéia que em momento algum buscamos fazer esses estudos políticos e analisá-los na prática.

Para chegar à raiz da prática política do país, o texto foca no início da formação da própria nação Brasil, na herança cultural trazida pelos portugueses e no modelo de implementação da população como um todo no território. O modelo colonial de exploração deixa bem claro em seu nome a forma de pensamento que vigia na gestão do período, visando sempre o bem-estar dos aristocratas que aqui residiam. O marco central talvez seja a vinda da família real portuguesa para o Brasil e junto destas toda a máquina burocrática portuguesa em seus moldes pouco funcionais.

A monarquia e a nobreza eram sanguessugas das riquezas potencializadas pelo Brasil e outras colônias, drenando essas economias ao extremo em luxos e ralos administrativos e o que Faoro chama de patrimonialismo, a cultura de favorecimento das pessoas mais ricas e influentes era corriqueiro nesse sistema. O sistema de reformas, principalmente no período pombalino, imposta de cima para baixo e sem nenhuma preocupação com as necessidades de reformas principalmente de cunho social refletem

os erros e crimes que ocorrem em nosso tempo presente. Citando trecho de Faoro: “*O Liberalismo não conseguiu alterar a estrutura do Estado, instituindo um Estado protetor de direitos.*”.

Esse pequeno trecho do brilhante texto de Faoro resume basicamente toda a história política do Brasil desde seu princípio, onde a preocupação das leis e instituições visava basicamente defender os interesses dos mais poderosos e não se notam muitas mudanças nesses últimos 200 anos de política. As alterações nessas estruturas arcaicas foram superficiais e pouco relevantes, mesmo com mudanças sensíveis na sociedade, como uma revolução burguesa canhestra.

Veremos a construção da burguesia brasileira aos moldes do provincianismo herdado da tradição colonial, dessa forma com uma visão parcial sobre o desenvolvimento nacional no plano econômico, porém suprimindo o avanço da participação democrática. Temos aqui políticas autocráticas da burguesia nacional em função de seu ponto de vista, mascarado por aspectos democráticos que buscam amenizar os conflitos sociais e criar um cenário ilusório de participação política popular.

Ao compararmos o primeiro momento da sociedade brasileira com essa transição para a sociedade burguesa moderna veremos que pouco se alterou nos moldes de estruturação de poder, houve apenas uma troca parcial desses poderes e uma aceitação em grande parte pela familiaridade com esse modelo. Essa democracia flexível está presente ainda hoje no Brasil, marcada pelos interesses de grandes grupos, naturalizando de alguma forma a “moralidade elástica” da sociedade em si.

Para Konder, existe um desvio do olhar histórico, construído pela classe dominante para manter-se no poder, na tentativa de naturalizar e amainar os erros e disparidades da sociedade brasileira. Cria-se então um Estado de conformismo, que faz o povo crer ser natural e intocável e quando existem rebelados reais, são massacrados pelo braço armado. Há também uma inversão de valores, culpando o próprio povo pela marginalização da sociedade, uma busca de justificativa para um domínio oligárquico no Brasil.

Schwarz coloca outro ponto de vista, onde o sentido de justiça servia como justificativa ao favor ou uso para defender interesses e punir quem não pertença ao sistema instalado. Portanto, ao homem livre da época colonial, sem posses ou terras, depende do favor de um grande proprietário, através do qual se reproduz essa classe,

resumindo essa filosofia em uma frase “o favor é nossa mediação quase universal” (Schwartz 1988: 76).

Interessante pensar neste ponto como as relações na política brasileira sempre estiveram permeadas pelo aspecto do rural, onde os grandes proprietários formam a primeira elite econômica do país, inserindo-se diretamente nos ditames políticos e suprimindo de forma violenta qualquer tentativa de mudanças nas estruturas. O coronelismo, característica herdada da sociedade colonial brasileira, ainda possui influências e representações nos centros de decisão políticas do país em pleno século XXI, como pode ser confirmado pela presença de uma bancada ruralista no congresso nacional e capaz de formular propostas de interesses pessoais com possibilidade de serem aprovadas e criarem cenários ainda mais positivos a esse pequeno grupo.

Em outra obra sua, *Que horas são?*, ele analisa o comportamento principalmente na esfera literária brasileira do começo do século XX, uma busca de quebra com o tradicionalismo português e busca de uma identidade nacional, sobrepondo o antigo e o moderno em uma mesma realidade. O choque entre classes sociais nesse cenário acaba por opor o novo e o velho. Busca de harmonização entre o novo e o velho para o surgimento do presente, uma modernidade mestiça como o Brasil.

Schwarz coloca a cultura brasileira como modelo de subtração do que permeava a sociedade pelo exterior, sendo que a construção do Brasil é pautada pelo acréscimo externo, em um país erigido pela imigração de diferentes culturas. Essa assimilação mecânica e superação ao anterior podem ser colocadas como paradigma mundial de comportamento, mas em se tratando de América Latina mostra-se mais fácil superar o que ainda não fora assimilado corretamente, em um “progresso” à frente e com menos choques culturais do que nos países centrais.

Esse descompasso da realidade entre o presente e o externo coloca-se como positivo na obra de Oswald de Andrade, como uma alternativa à sociedade burguesa no Brasil, onde seria mais fácil atingir uma sociedade mais igualitária sem o estágio doloroso do capitalismo moderno. Para Oswald, surgiria uma cultura insustentável e mal definida não como um resultado de assimilação vazia da cultura externa e sim como reflexo de uma estrutura social desigual em amplo aspecto, portanto assimilada de diferentes pontos de vistas, uma cultura não homogênea.

Na obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, o autor coloca uma característica importante do comportamento social brasileiro, a busca de notoriedade e prestígio na sociedade à frente de interesses financeiros. Ao extremo, o

lucro seria uma decorrência do alcance de posição de destaque e ferramenta mais valorizada, como citado acima o texto de Da Mata *Sabe com quem está falando*. O meio rural proporcionou esse destaque pessoal ao longo de séculos e tal notoriedade ainda ecoa na sociedade brasileira, através de famílias tradicionais. O aspecto negativo de tal herança, como a escravidão e a exploração desmedida do trabalhador rural ficam em segundo plano e como preço pequeno a ser pago pela sociedade em nome do progresso e da inserção econômica mundial.

Em contradição a essa separação de classes que levam a não absorção de culturas por igual, temos também uma permeabilidade entre essas classes no que Schwarz coloca como “tolerância corrosiva” da sociedade brasileira, uma transição e tolerância entre estas classes com benefícios mútuos em um mundo sem culpa. Se por um lado mostra-se ruim por manter essa divisão social, por outro seria benéfico por uma maior facilidade de inserção e adaptação em um mundo mais aberto na visão do autor.

Em *dialética da malandragem*, Antônio Cândido analisa esse fenômeno da tolerância mais como um processo de reprodução social não vinculado a reflexões dos indivíduos, ou seja, uma manutenção das estruturas sociais presentes desde a colônia pela falta de reflexão ou convivência entre os atores sociais. Aqui novamente iremos desembocar na naturalização da sociedade e de suas contradições ao longo de séculos, o que não leva a uma reflexão sobre os problemas que esta sociedade enfrenta hoje. Nesse ponto a cultura pode ter papel decisivo para despertar essa conscientização para os problemas sociais presentes e trazer a discussão para a sociedade repensar a cidadania no Brasil.

A apropriação e extrapolação do uso dessa cultura do malandro, os anseios e diretrizes arraigadas no subconsciente da sociedade brasileira permitem a deturpação do cenário político no século XX, o populismo. Valer-se dos anseios da população, ainda que figurativamente se aproximar do povo, criar laços e resgatar o aspecto paternalista presente nos séculos anteriores despertou o desejo dos cidadãos durante a primeira metade do século passado. A transformação social ocorrida no período, o despertar da urbanização brasileira, acaba por negligenciar o trabalhador rural ficando este sem as conquistas arraigadas nas cidades. Somente no período da ditadura militar direitos como previdência e assistência médica pública tornam-se direitos ao mundo rural.

O modelo populista de governo é não só semelhante, como é a própria imagem do político Getúlio Vargas no Brasil. Durante o período populista foram erigidas as

condições básicas para o início de um conceito de nação urbano-industrial, iniciado por Vargas em um país até então agrário. No período que abrange as duas guerras mundiais nota-se uma mudança de comportamento da população em relação à política, principalmente durante a 2ª Guerra Mundial. A concentração populacional nas cidades e a grande parcela de trabalhadores nas indústrias criaram raízes no pensamento socialista que necessitavam ser amainados.

Ainda que de forma superficial, são criadas instituições que garantem uma parcela do poder à grande massa. Simbolicamente, mostrava a sociedade da época um envolvimento do governo e do povo no processo de administração nacional, mas na realidade o que se vê foi esse movimento como articulador para o rompimento com a velha ordem política do país, permitindo assim um governo que pensasse a nação como um todo. Surgia a base do nacionalismo desenvolvimentista, processo esse que ignorava o trabalho do campo e principalmente, a questão agrária sobre a posse da terra, gerando um desenvolvimento atrelado à exploração industrial.

A criação de regras políticas claras previstas na constituição de 1946 estipula a criação de partidos nacionais com projetos para o Estado como um todo, tentando extinguir parcialmente o poder político das oligarquias regionais, o que na realidade não ocorre. Surgem alianças políticas entre diversos novos partidos, o que muitas vezes mesclava um conjunto de ideologias diferentes que claramente não apresentam um projeto de desenvolvimento do país.

Ianni observa que as criações de leis para os trabalhadores, como a do salário mínimo, vieram para atenuar o processo de pauperização do assalariado, sendo abatido de seu salário o excedente necessário à evolução do capitalismo. O autor resume em um trecho o seu pensamento sobre a política de massas e seu objetivo como “... *técnica de organização, controle e utilização da força política das classes assalariadas, particularmente o proletariado*”<sup>3</sup>.

A classe dominante, futura burguesia industrial, valeu-se desse movimento político de substituição de importações para consolidar a indústria nacional e defender seus interesses enquanto foi conveniente, retirando posteriormente seu apoio ao molde

---

<sup>3</sup> Como já dito, tais condições só eram válidas aos trabalhadores urbanos. O trabalhador rural não possuía poder político de imposição e também eram controlados pelos grandes latifundiários em defesa de interesses econômicos com suporte do próprio governo brasileiro do período.

de política populista, derrubando esse sistema. A classe dominante valeu-se das ilusões socialistas pregadas pelos populistas e consolidou-se no poder, descartando mais tarde a massa de manobra que foi a esquerda e o próprio povo.

Em *O colapso do Populismo no Brasil*, Ianni nos mostra a ideia construída durante o período Vargas de Populismo, uma forma de governo manipulativa e ilusória, mas que de alguma forma valia-se de um pensamento de esquerda e deliberava algumas condições melhores de vida ao povo. Ianni toma como referencial o período em que escreve essa obra, 1968, um dos períodos mais duros da ditadura militar, onde a sociedade é submetida a desmandos ditatoriais e o pensamento é filtrado pela conveniência.

Desse ponto de vista, o populismo é uma imagem de um governo mais correto, não o correto, mais próximo de uma condição esquerdista que o Brasil já teria alcançado e mais próximo do que as massas teriam de influência no poder. Apesar das críticas do autor, principalmente à frente socialista do país, submissa em grande parte ao sistema populista, nota-se certo saudosismo do mesmo por um período onde as lutas de classes eram mais reais e menos massacradas pelas autoridades, um momento onde o debate sobre uma sociedade mais justa era possível e não discutida em becos escuros. O período da ditadura militar não será tratado neste texto, por não se tratar de um cenário político em sua concepção e também por não representar de fato o pensamento político da sociedade brasileira, servindo apenas de exemplo para a restrição de direitos.

O renascimento da democracia brasileira mostra em si a total falta de preocupação com normativas e busca de legitimação política. Ao mesmo tempo em que se decreta o fim da ditadura, temos uma eleição indireta para presidente do país em 1984 e ainda mais grave, um total desmando ao colocar em seu lugar (Tancredo Neves, falecido antes de empossar) o vice José Sarney, sendo que a determinação exigia que o presidente da Câmara dos Deputados Ulisses Guimarães assumisse quando o tempo fosse inferior à metade do mandato do presidente eleito.

Fica claro nesse evento o interesse em colocar alguém alinhado aos interesses das classes dominantes no período, tendo em vista que Ulisses era símbolo de resistência ao governo militar e ao padrão ortodoxal da política decorrente. Esse alinhamento entre militares e alta elite brasileira ainda pode ser notada, ainda aos moldes da Via Prussiana incompleta que sempre permeou a estrutura positivista da



República brasileira. Não temos somente uma questão militar, mas sim uma própria concepção conservadora em todas as camadas da sociedade, seja por falta de acesso a informação ou por excesso de informação deturpada que as pessoas são bombardeadas atualmente.

Nesse ponto entra uma discussão acirrada entre vários teóricos sobre a modernidade e a modernização, se são ou não termos interligados, mas com evoluções díspares. A grande tendência – principalmente às nações que se encontram no lado mais fraco desse cabo de guerra – leva em conta essa defasagem que explicaria as crises sociais que abatem todo o mundo contemporâneo, em especial os mais vulneráveis.

A sociedade brasileira traz um histórico confuso de construção de seus sistemas de governo e administração, refletindo diretamente a desordem social presente em todas as esferas. No caso da democracia, mostra-se problemática ao não vincular o interesse político e o interesse social, não comprometimento com a evolução do conjunto e gerando uma progresso desigual dessas assertivas.

As questões sociais e trabalhistas são colocadas na periferia dos planos governamentais, sem perspectivas de melhorias frente à evolução econômica da nação como um todo. Dahl criou o termo “sistema dual” de nação, onde participação sistêmica e coerção compõem a estrutura da desigualdade e dessa forma o grupo dominante se valerá do excluído na forma de clientelismo. Podemos citar também a indústria cultural como parte desse arsenal de despolitização social, ou mesmo a criação de um curral eleitoral virtual, direcionado sutilmente aos moldes de idealismos apreendidos nas mídias de massa.

Enquanto a esquerda pensa a evolução do indivíduo ligado ao coletivo, a direita procura extrapolar a individualidade e a concorrência. Nessa concepção temos hoje uma comunidade ultrapassada e não cooperativa, ligada somente a conceitos de tradição sem sentido, o que acabou por gerar uma desterritorialização. Contrário a isso, a globalização exige cooperação cada vez maior, pela interdependência global, pela necessidade de regras aos cidadãos e pela proteção dos direitos individuais frente o Estado.

Não obstante, essa dinamização acelerada da economia mundial cria condições ainda mais agravantes para os trabalhadores rurais do mundo em geral, onde a

concorrência com as grandes corporações agrícolas obrigam-nos a investimentos cada vez maiores em maquinários, insumos e diminuição de sua margem de lucro, juntamente com desvalorização da mão de obra da área. A concentração da produção alimentícia em geral em grandes corporações inviabiliza a produção agrícola familiar e também restringe a possibilidade de escolha do consumidor.

O panorama de dificuldades materiais aparentemente mostra-se superado pelos inúmeros avanços da tecnologia e outras áreas, impedindo assim a perda de muitas vidas em séculos anteriores ao XX e proporcionando melhores condições de vida. Por outro lado, essa é uma óptica europeia em uma situação privilegiada frente aos países em desenvolvimento ou do continente africano.

Nesse ponto entra uma discussão acirrada entre vários teóricos sobre a modernidade e a modernização, se são ou não termos interligados, mas com evoluções díspares. A grande tendência – principalmente às nações que se encontram no lado mais fraco desse cabo de guerra – leva em conta essa defasagem que explicaria as crises sociais que abatem todo o mundo contemporâneo, em especial os mais vulneráveis.

Giddens (1997) vai além dessa distorção dos termos, chegando a ponto de romper esse elo aparentemente natural dos conceitos para explicar a desordem presente hoje no homem que ainda não migrou completamente dos feudos. A ligação social com o trabalho do período feudal permaneceu inerte na sociedade e atormenta o trabalhador atual, regado e dinâmico em funções flutuantes e cada vez mais desvinculado do trabalho de construção social.

A esquerda tradicional tenta refrear essa tendência que está se implantando nas sociedades em geral, porém sem grande sucesso. Ao analisar o sistema econômico e o modo de produção presentes na sociedade notar-se-á a desleal luta travada pelos articuladores socialistas tradicionais. O cenário do mercado de trabalho caminha em sentido de se dinamizar e precarizar ainda mais as relações empregador-empregado no âmbito de buscar a maximização da produção, do lucro e da evolução do capitalismo.

Acima da esfera do trabalho, a desordem social atingiu a própria estrutura organizacional que funcionou por séculos, rompendo as tendências medievais e mesmo do período inicial da burguesia no poder. Na questão rural, o abandono sistêmico a essa classe trabalhadora, essencialmente aos pequenos proprietários rurais, cria o cenário

perfeito para a urbanização extrapolada na segunda metade do século XX e condições ideais para o maior acúmulo da posse da terra em pequenos grupos latifundiários. O avanço das grandes propriedades torna-se um dos principais fatores de confrontos sociais na busca de direitos, onde a posse da terra ainda está capitalizada no Brasil e retida na posse de um pequeno grupo de pessoas. A falta de reformas na questão agrária deixa claro a vinculação desse grupo de interesse à política brasileira.

Esse conflito político não é uma exclusividade no Brasil, mas sim um grande debate mundial sobre as novas possibilidades e perspectivas do debate democrático. Ainda que questionado quanto a sua importância ou relevância, a chamada primavera árabe deixa como exemplo a busca pela emancipação social e interconexão com o mundo. Mesmo com os defeitos e permeabilidades à corrupção, a democracia apresenta um dos poucos sistemas que possibilite essa transição para o mundo globalizado em todas as esferas.

A busca de emancipação tornou-se também uma necessidade da própria democracia em tempos de globalização, onde a união global exige uma democracia similar a todos os países. O Brasil ensaia tais mudanças no Mercosul assim como os outros países membros e somente com o desenvolvimento desse sistema político interdependente a democracia brasileira poderá dar um salto à frente em busca do cavalo desgovernado chamado economia.

## **Bibliografia**

- ARGÜELLO, K.; KONDER, L. *Direito e democracia*, São Paulo, Letras Contemporâneas, 1996
- ATTLEE, C. *Bases e fundamentos do trabalhismo*, DF, Teotônio Vilela, 1998.
- BROWN, G. *A política do potencial: uma nova agenda para o trabalhismo*, In: MILLIBAND, D. (org.), *Reinventando a Esquerda*, SP, Unesp, 1997
- CANDIDO, A. *Dialética da malandragem*. In: Revista do IEB. São Paulo, USP, 1972.
- DAHL, R. *Sobre a Democracia*. Brasília: Ed. UnB, 2001.
- DAMATTA, R. Sabe com quem está falando? In: *Carnavais, malandros e heróis*, Rio de Janeiro, Rocco, 1997.
- GIDDENS, A. *Admirável mundo novo: o novo contexto da política*, In: MILLIBAND, D. (org.), *Reinventando a Esquerda*, SP, Unesp, 1997.
- HOLANDA, S.B. *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1984.
- IANNI, O. *O colapso do Populismo no Brasil*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1968.
- SCHWARZ, R. "As idéias fora do lugar", in R. Schwarz, *Ao vencedor as batatas*, São Paulo, Duas Cidades, 1977, pp. 13-28.
- SCHWARZ, R. *Que horas são?*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- VIANNA, L.W. *Liberalismo e sindicalismo no Brasil*, RJ, Paz e Terra, 1978.
- WEFFORT, F.C. *Qual democracia?*, SP, Companhia das Letras, 1994.